



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Bradesco Capitalização S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

O Mercado de Capitalização

O segmento registrou, até dezembro de 2012, o montante de R\$ 16,586 bilhões em receita com títulos de capitalização, representando uma evolução de 17,79% em relação ao mesmo período do ano passado.

Desempenho das Operações de Capitalização

No exercício de 2012, a Bradesco Capitalização S.A. manteve a política de fortalecimento de sua participação no mercado, atingindo receita de R\$ 3,834 bilhões e apresentando um crescimento de 25,83% em relação ao ano anterior, quando a receita alcançou R\$ 3,047 bilhões. Foram sorteados 2.269 títulos (2.298 em 2011), atingindo o montante de R\$ 91,279 milhões (R\$ 55,297 milhões em 2011) de prêmios sorteados aos clientes.

Com isso, baseada por uma política de fidelização dos clientes voltada à qualidade no atendimento e a oferta de produtos inovadores, a Bradesco Capitalização encerrou o ano com 3,459 milhões de clientes (3,097 milhões em 2011) e uma carteira de 21,913 milhões de títulos ativos (20,206 milhões em 2011).

Inovação em Produtos e Serviços

Em 2012, a Bradesco Capitalização lançou os produtos Pé Quente Bradesco Empresa Socioambiental e Pé Quente Bradesco Socioambiental (parcelas únicas de R\$ 50 mil e R\$ 25 mil, respectivamente) destinados ao mercado corporativo, sendo os primeiros produtos de capitalização com vigência de apenas 12 meses. Os novos títulos contribuirão para as instituições parceiras da Bradesco Capitalização na área socioambiental.

A Empresa lançou também o Pé Quente Bradesco Exclusive, produto criado especialmente para os Clientes Pessoa Física do Segmento Exclusive, com atendimento personalizado e serviços e soluções diferenciados.

Resultado do Exercício

A Bradesco Capitalização apresentou, no exercício de 2012, Lucro Líquido de R\$ 383,924 milhões (R\$ 338,410 milhões no exercício de 2011), representando uma rentabilidade de 98,43% sobre o Patrimônio Líquido Médio.

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas da Bradesco Capitalização, em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

Evento societário

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de março de 2012, foi deliberado o aumento de capital com reservas no valor de R\$ 16,500 milhões, sem emissão de ações mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros – Reserva Legal". Este ato societário foi homologado em 15/08/2012, por meio da Portaria SUSEP/CGRAT nº 4.759.

As informações detalhadas sobre o evento societário constam nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

Reconhecimentos

A Bradesco Capitalização venceu, pelo segundo ano consecutivo, o Prêmio Top Socioambiental, concedido pela Associação de Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB-PE). A premiação destaca projetos de responsabilidade social de empresas e organizações pernambucanas ou desenvolvidas no Estado e selecionou o case sobre o título Pé Quente Bradesco SOS Mata Atlântica, comercializado em parceria com a Fundação SOS Mata Atlântica.

A Bradesco Capitalização foi premiada pelo case "Restauração florestal da Mata Atlântica com foco na sustentabilidade".

Responsabilidade Socioambiental

Em uma ação pioneira, o Grupo Bradesco Seguros, por meio da Bradesco Capitalização, oferece títulos de capitalização com foco socioambiental em áreas como ecologia, educação e saúde, onde parte do valor arrecadado é direcionada a projetos de responsabilidade social, além de possibilitar ao cliente a formação de uma reserva financeira. Atualmente, a Bradesco Capitalização mantém parceria com as seguintes instituições de caráter socioambiental: Fundação SOS Mata Atlântica (promove a conservação da diversidade biológica e cultural do Bioma Mata Atlântica, estimulando a cidadania socioambiental); Instituto Ayrton Senna (promove a educação e o desenvolvimento humano, reduzindo o analfabetismo, a reprovação e o abandono escolar); Fundação Amazonas Sustentável (promove o desenvolvimento sustentável, conservação ambiental e melhoria da qualidade de vida das comunidades usuárias das unidades de conservação no Estado do Amazonas); Instituto Brasileiro de Controle do Câncer (promove a prevenção, o diagnóstico precoce e o tratamento do câncer de mama no Brasil); e o Projeto Tamar (criado para executar o trabalho de conservação das tartarugas marinhas).

O Programa Florestas do Futuro, criado em 2004 pela Fundação SOS Mata Atlântica, financia o plantio de mudas de árvores, apoia ações socioambientais e oferece capacitação técnica para a recuperação ambiental. Desde o início do programa, mais de três milhões de mudas de árvores nativas foram plantadas.

A temporada 2012 da Corrida e Caminhada Contra o Câncer de Mama, realizada nas cidades de Rio de Janeiro, São Paulo e Florianópolis, contou com o patrocínio do Grupo Bradesco Seguros e com o apoio da Bradesco Capitalização. O evento está em sua 46ª edição e tem por objetivo incentivar a adoção de hábitos mais saudáveis de vida, além de chamar a atenção das pessoas para a questão da detecção precoce e tratamento contra o câncer de mama.

A Empresa também apoiou a "Ayrton Senna Racing Day", maratona de revezamento em homenagem ao tricampeão mundial de Fórmula 1. O evento está em sua 9ª edição e ocorreu em dezembro de 2012 no Autódromo de Interlagos, na cidade de São Paulo. Com cunho social diferenciado, a "Ayrton Senna Racing Day" é uma das maiores provas de revezamento do País e o valor arrecadado com as inscrições é revertido ao trabalho do Instituto Ayrton Senna, que atua em todo o Brasil para garantir educação pública de qualidade a milhões de crianças e jovens.

Rating

A Bradesco Capitalização é a única empresa do setor a possuir a classificação de grau de investimento com o mais alto rating em escala nacional "brAAA", concedida pela agência de classificação de riscos Standard & Poor's. Esse resultado foi conquistado graças ao sólido padrão de proteção financeira e patrimonial que a Bradesco Capitalização garante aos seus clientes.

Sistema de Gestão da Qualidade

A Bradesco Capitalização foi a primeira empresa do País, no mercado de capitalização, a receber o certificado ISO. Em 2009, foi certificada na versão ISO 9001:2008 no escopo Gestão de Títulos de Capitalização Bradesco. Esse certificado, concedido pela Fundação Vanzolini, atesta a qualidade dos seus processos internos e confirma o princípio que está na origem dos Títulos de Capitalização Bradesco: bons produtos, bons serviços e evolução permanente.

Riscos: operacional, crédito, mercado, subscrição e liquidez

O Grupo Bradesco Seguros, em linha com os modelos adotados nos mercados nacional e internacional, e em atendimento à legislação vigente, estruturou uma área independente de Estudos Atuariais e Gestão de Riscos, que atende às melhores práticas de Governança Corporativa.

Estão inseridas nesse contexto as disseminações da cultura de gestão de riscos operacionais em vários níveis, a divulgação de Políticas Corporativas, Normas Internas e Manual de Procedimentos Internos, visando ao monitoramento contínuo da exposição aos riscos. O Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros reúne-se, trimestralmente, com a atribuição de aprovar estratégias, definir diretrizes, normas e procedimentos, bem como homologar os assuntos relevantes relacionados à Gestão de Riscos, visando ao processo de mitigação dos eventos de perdas de acordo com a especificidade de cada risco.

O Grupo Bradesco Seguros mantém níveis de capital de acordo com os requerimentos regulatórios. Nos termos da legislação vigente, o capital mínimo requerido para funcionamento das sociedades seguradoras é composto por um capital base e um capital adicional para cobertura dos riscos de subscrição, de crédito, de mercado e operacional. Até que o CNSP regule o capital adicional pertinente a todos os riscos previstos na legislação, o capital mínimo requerido deverá ser o maior valor entre a soma do capital base com o capital adicional e a margem de solvência, calculada por meio de resolução específica.

Governança Corporativa

Com o objetivo de estar em linha com as melhores práticas de governança corporativa, agindo com equidade e transparência na prestação de contas, o Grupo Bradesco Seguros busca permanentemente o aperfeiçoamento do seu sistema de gestão institucional. Para isso, possui Comitês que dão suporte ao Órgão da Administração na condução do processo de decisão para cumprimento do direcionamento estratégico, na busca constante de melhores resultados, dentro dos mais elevados padrões éticos. O Grupo conta também com área de Ouvidoria para acolher opiniões, críticas e reclamações, que são tratadas com confidencialidade, bem como com Códigos de Conduta Ética, disponibilizados a todos os públicos com os quais se relaciona, resultado do compromisso constante em promover e definir com clareza as responsabilidades e a postura que devem pautar a atuação dos profissionais que integram as empresas do Grupo.

Destaca-se o ELC – *Entity Level Controls*, que se constitui em um conjunto de procedimentos de avaliação do nível de governança corporativa, com o propósito de mensurar o entendimento, aderência e comunicação dos temas que compõem o ambiente de controle do Grupo.

Controles Internos e Compliance

No exercício de 2012, com base na política corporativa definida, e visando atender às determinações legais sobre o tema, a Bradesco Capitalização prosseguiu com a avaliação e o aperfeiçoamento dos seus instrumentos, que integram o Sistema de Controles Internos do Grupo Bradesco Seguros. Os processos são continuamente reavaliados, e os testes de aderência, para aferir a efetividade dos controles existentes, regularmente aplicados, em conformidade com os principais frameworks de controles, como o COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e o COBIT – *Control Objectives for Information and Related Technology*, que abrangem, respectivamente, aspectos de negócios e tecnologia.

Os trabalhos de controles internos são desenvolvidos em conjunto com as diversas áreas gestoras de serviços, produtos e processos, cujos testes de aderência são aplicados com a periodicidade requerida, sendo os resultados reportados periodicamente ao Comitê de Controles Internos e *Compliance* e, sob demanda, ao Comitê de Auditoria da Organização Bradesco.

Quanto à Lei Sarbanes-Oxley, a Bradesco Capitalização é certificada anualmente pela Auditoria Independente, que ratifica a efetividade, eficácia e suficiência dos controles que suportam as Demonstrações Contábeis, resultando na difusão da importância da cultura de controle.

Para obtenção e manutenção de conformidade às leis e aos regulamentos, o Grupo Bradesco Seguros verifica, diariamente, a publicação de novos normativos pelos Órgãos reguladores, informa as áreas afetadas e acompanha a implementação tempestiva das ações necessárias, de forma a garantir que as práticas operacionais estejam em conformidade.

Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo

A Bradesco Capitalização possui o compromisso permanente de prevenir e combater sistematicamente a Lavagem de Dinheiro, o Financiamento ao Terrorismo e a Corrupção. Atua constantemente para assegurar a conformidade às leis e normas, editadas pelos Órgãos competentes, relativas aos temas e no relacionamento diferenciado com os clientes enquadrados na condição de Pessoas Politicamente Expostas, cooperando assim com os esforços das autoridades governamentais de controle.

Diante desse compromisso, em 2012 ocorreu a consolidação e o aperfeiçoamento das ferramentas de trabalho, dos controles e dos sistemas utilizados, que são permanentemente reavaliados e dão suporte ao processo de detecção e comunicação das operações/ocorrências (automáticas e suspeitas) ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF. Em conformidade com a Lei nº 12.683, de 09.07.2012, que visa tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro e a publicação de novas regras pela SUSEP através da Circular nº 445, de 02.07.2012, realizou-se uma revisão nos normativos internos, materiais de apoio e procedimentos. O assunto também foi enfatizado nos programas de treinamento, objetivando a conscientização e capacitação constante do quadro de colaboradores.

Prevenção à Fraude

A Bradesco Capitalização, em consonância com a regulamentação vigente no que diz respeito à Prevenção à Fraude, mantém-se vigilante em desestimular, prevenir, detectar e combater ocorrências que possam caracterizar indícios de cometimento de fraudes, assim como em minimizar riscos operacionais, regulatórios e reputacionais aos quais a empresa possa estar sujeita, caso venha a ser envolvida em tentativas para negócios ou práticas de fraudes.

Ao longo do exercício, priorizou a revisão e a publicação de materiais relativos ao assunto, com vistas a fomentar e estimular a tempestiva capacitação e o constante treinamento dos colaboradores da Companhia, aumentando a eficiência no combate à fraude.

Plano e Gestão de Continuidade de Negócios

A Bradesco Capitalização, com a finalidade de assegurar a continuidade de seus processos críticos/essenciais de negócios, principalmente aqueles voltados para relacionamento e atendimento aos clientes, possui Plano de Continuidade de Negócios – PCN, implementado e testado. O PCN é um conjunto de estratégias e planos de ação, que são ativados quando da ocorrência de um evento, independentemente de sua proporção, que interrompa a continuidade de suas operações.

Segurança da Informação

A informação é um dos elementos do negócio mais importante para o Grupo Bradesco Seguros. O zelo pela informação, no que tange a sua disponibilidade, integridade e confidencialidade, tem sido uma meta constante da governança da informação. Nessa linha, são realizados trabalhos de revisões periódicas nos Sistemas de Informação, assim como são analisadas normas e regulamentos de caráter interno e externo, que incidem em alterações nas instruções, riscos e controles de Segurança da Informação.

Diante desse compromisso, o Grupo tem realizado a disseminação da cultura, por meio da divulgação da Política Corporativa de Segurança da Informação, da administração de palestras, da disponibilização de curso e da publicação de matérias nos canais internos de comunicação disponíveis, abordando os mais diversos temas, com o intuito de garantir a conformidade com as melhores práticas de Segurança da Informação disponíveis no mercado.

Agradecimentos

Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos clientes, o apoio recebido do Órgão regulador e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e colaboradores.

São Paulo, 25 de janeiro 2013.

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	Nota	2012	2011
ATIVO			
CIRCULANTE		2.613.148	2.950.802
Disponível		5.873	7.665
Caixa e bancos		5.873	7.665
Aplicações	4	2.532.692	2.842.278
Títulos e créditos a receber		74.583	100.859
Títulos e créditos a receber		3.815	5.134
Créditos tributários e previdenciários	6	54.541	49.008
Outros créditos		19.497	49.987
Provisão para riscos de créditos		(3.270)	(3.270)
ATIVO NÃO CIRCULANTE		4.365.129	2.314.988
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		4.351.908	2.245.641
Aplicações	4	4.077.231	2.033.018
Títulos e créditos a receber		274.677	212.623
Créditos tributários e previdenciários	6	65.496	38.096
Depósitos judiciais e fiscais	14vi	209.181	174.527
Investimentos		9.521	67.668
Participações societárias - financeiras	7	-	57.832
Imóveis destinados a renda	8	9.521	9.836
Imobilizado	9	435	526
Bens móveis		316	380
Outras imobilizações		119	146
Intangível	10	3.265	1.153
Outros intangíveis		3.265	1.153
TOTAL DO ATIVO		6.978.277	5.265.790

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Nota	2012	2011
PASSIVO			
CIRCULANTE		5.777.462	4.750.556
Contas a pagar		328.761	179.279
Obrigações a pagar		117.500	17.075
Impostos e encargos sociais a recolher		1.340	916
Encargos trabalhistas		615	548
Impostos e contribuições	11	209.306	160.740
Provisões técnicas - capitalização	12	5.448.701	4.571.277
Provisão para resgates		5.206.899	4.321.133
Provisão para sorteios		64.032	76.051
Outras provisões		177.770	174.093
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		392.615	221.805
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		392.615	221.805
Contas a pagar		205.042	67.181
Tributos diferidos	13	205.042	67.181
Outros débitos		187.573	154.624
Provisões judiciais	14	187.573	154.624
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15	808.200	293.429
Capital social		180.034	250.000
Redução de capital		-	(100.000)
Reservas de reavaliação		725	764
Reservas de lucros		360.235	88.032
Ajustes com títulos e valores mobiliários		267.206	54.633
TOTAL DO PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.978.277	5.265.790

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

	2012	2011
Lucro antes dos impostos e participações	630.984	559.508
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	888	462
Reversão das perdas por redução ao valor recuperável dos ativos	(8)	-
Resultado positivo de equivalência patrimonial	(2.342)	(1.715)
Lucro ajustado do exercício	629.522	558.255
Variações nas contas patrimoniais (Aumento)/Redução:		
Aplicações	(1.674.605)	(485.836)
Títulos e créditos a receber	(22.498)	(83.525)
Contas a pagar	164.464	(8.352)
Provisões técnicas - capitalização	877.407	847.622
Outros débitos	30.729	24.204
Ajustes com títulos e valores mobiliários	215.617	(32.487)
Caixa líquido (Consumido)/Gerado pelas operações	(408.886)	261.627
Dividendos recebidos	415	780
Imposto de renda sobre o lucro pago	(136.562)	(103.826)
Contribuição de renda sobre o lucro pago	(83.695)	(62.397)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	794	654.439
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(10)	(174)
Integralização de capital em controlada	-	(13.700)
Ativo intangível desenvolvido internamente	(2.576)	(1.114)
Alienação de investimentos	-	120
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(2.586)	(14.868)
Atividades de financiamento		
Redução de capital	-	(100.000)
Dividendos pagos	-	(531.924)
Caixa líquido (Consumido) nas atividades de financiamentos	-	(631.924)
(Redução) /Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(1.792)	7.647
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	(7.665)	(18)
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	5.873	7.665
(Redução) /Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(1.792)	7.647

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2012	2011
Receita líquida com títulos de capitalização		531.429	451.379
Arrecadação com títulos de capitalização		3.834.156	3.047.132
Variação da provisão para resgate		(3.302.727)	(2.595.753)
Variação das provisões técnicas		(3.677)	(49.862)
Resultado com outras provisões técnicas		(3.677)	(49.862)
Resultado com sorteio		(78.896)	(55.296)
Custo de aquisição	19(a)	(63.413)	(52.787)
Outras receitas e despesas operacionais	19(b)	44.061	55.095
Outras receitas operacionais		47.226	58.207
Outras despesas operacionais		(3.165)	(3.112)
Despesas administrativas	19(c)	(67.083)	(64.083)
Despesas com tributos	19(d)	(24.649)	(20.271)
Resultado financeiro	19(e)	287.358	290.534
Receitas financeiras		630.382	550.292
Despesas financeiras		(343.024)	(259.758)
Resultado patrimonial	19(g)	5.846	4.849
Resultado operacional		630.976	559.558
Ganhos e perdas com ativos não correntes		8	(50)
Resultado antes dos impostos e participações		630.984	559.508
Imposto de renda	19(h)	(151.745)	(137.009)
Contribuição social	19(h)	(94.564)	(83.607)
Participações sobre o resultado		(751)	(482)
Lucro líquido do exercício		383.924	338.410
Quantidade de ações		196.359	192.803
Lucro líquido por ação		1,96	1,76

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	383.924	338.410
Realização da reserva de reavaliação	65	65
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-
Companhia	354.288	(54.146)
Controlada	-	(11.222)
Efeitos dos impostos	(141.741)	26.121
Total do resultado abrangente do exercício	596.536	299.228

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento / (redução) de capital (Em aprovação)	Reservas de reavaliação - imóveis	Reservas de lucros		Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva estatutária			
Saldos em 1º de janeiro de 2011	249.000	-	803	50.583	176.110	93.853	-	570.349
Aumento/(Redução) de capital:								
AGE de 30/03/2011	-	1.000	-	(1.000)	-	-	-	-
Portaria SUSEP/CGRAT nº 1.236 de 24/06/2011	1.000	(1.000)	-	-	-	-	-	-
AGE de 28/12/2011	-	(100.000)	-	-	-	-	-	(100.000)
Reserva de reavaliação:								
Realização	-	-	(39)	-	-	-	39	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(39.220)	-	(39.220)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	338.410	338.410
Dividendos antecipados (R\$ 752,56 por ação)	-	-	-	-	(176.110)	-	-	(176.110)
Dividendos antecipados (R\$ 1.555,99 por ação)	-	-	-	-	-	-	(300.000)	(300.000)
Destinação do lucro líquido	-	-	-	-	38.449	-	(38.449)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	250.000	(100.000)	764	49.583	38.449	54.633	-	293.429
Aumento/(Redução) de capital:								
AGE de 28/03/2012	-	16.500	-	(16.500)	-	-	-	-
Portaria SUSEP/CGRAT nº 4.759 de 15/08/2012	(100.000)	100.000	-	-	-	-	-	-
Portaria SUSEP/CGRAT nº 4.759 de 15/08/2012	16.500	(16.500)	-	-	-	-	-	-
AGE de 31/10/2012	-	-	-	-	-	-	-	13.534
Portaria SUSEP/CGRAT nº 5.058 de 26/12/2012	13.534	(13.534)	-	-	-	-	-	-
Reserva de reavaliação:								
Realização	-	-	(39)	-	-	-	39	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	212.573	-	212.573
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	383.924	383.924
Dividendos propostos (R\$ 485,13 por ação)	-	-	-	-	-	-	(95.260)	(95.260)
Proposta para destinação do lucro líquido	-	-	-	-	2.923	285.780	(288.703)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	180.034	-	725	36.006	324.229	267.206	-	808.200

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Companhia é uma subsidiária do Grupo Bradesco Seguros, sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em todas as modalidades de capitalização em todo o território nacional. O endereço registrado da sede da Companhia é Avenida Paulista, nº 1.415, São Paulo.

A entidade é controlada diretamente pela empresa Bradesco Seguros S.A. e em última instância pelo Banco Bradesco S.A.

As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco Seguros, atuando de forma integrada no mercado, sendo os custos das estruturas operacional e administrativa comuns absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Bradesco, acionista controlador final, em 25 de janeiro de 2013.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis.

a. Base de preparação

Em consonância com a Circular SUSEP nº 430/12 as demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações contábeis estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.

Em atendimento à Circular SUSEP 424/11 - Anexo IV, em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresentou as demonstrações dos fluxos de caixa (DFC) pelo método direto. Em 2012, tendo em vista a opção apresentada pela Circular SUSEP 430/12 - Anexo IV, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações pelo método indireto. Para fins de comparabilidade, o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 está sendo apresentado pelo método indireto.

Em decorrência da Circular SUSEP nº 430/12, alguns saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, anteriormente divulgados, foram reclassificados com o objetivo de proporcionar melhores condições de comparabilidade.

Os saldos divulgados anteriores foram reclassificados para fins de comparabilidade como demonstrado abaixo:

	Saldo divulgado anteriormente em dezembro de 2011		Saldo reclassificado em dezembro de 2012
	Reclassificação		
Receita líquida com títulos de capitalização	2.997.270	(2.545.891)	451.379
Receita bruta com título de capitalização	3.071.550	(3.071.550)	-
Devolução e cancelamento de títulos de capitalização	(24.418)	24.418	-
Varição das provisões técnicas	(49.862)	49.862	-
Arrecadação com títulos de capitalização	-	3.047.132	3.047.132
Varição da provisão para resgate	-	(2.595.753)	(2.595.753)
Varição das provisões técnicas	-	(49.862)	(49.862)
Resultado com outras provisões técnicas	-	(49.862)	(49.862)
Despesas com títulos resgatados e sorteados	(2.651.049)	2.651.049	-
Despesas com resgates	(2.595.753)	2.595.753	-
Despesas com sorteios	(55.296)	55.296	-
Resultado com sorteio	-	(55.296)	(55.296)
Total	346.221	-	346.221

b. Base para avaliação e moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas 4 - Aplicações financeiras; 6 - Créditos tributários e previdenciários; 12 - Provisões técnicas e 14 - Provisões judiciais incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro.

d. Disponível (caixa e equivalentes a caixa)

São representados por disponibilidades em moeda nacional, caixa e depósitos bancários, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

e. Aplicações

A Companhia determina a classificação inicial de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial sob as seguintes categorias: mensurados a valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. Os ativos de renda fixa são contabilizados na data da liquidação, e as ações são contabilizadas na data da transação.

i. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então, tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do exercício.

iii. Ativos financeiros disponíveis para venda

Compreende os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Os investimentos em títulos patrimoniais são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo, e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado no patrimônio líquido é transferido para o resultado do exercício.

iv. Determinação do valor justo

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda variável e os fundos de investimentos imobiliários tiveram seus valores de mercado obtidos a partir da última cotação publicada pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA). Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são similares, análise do fluxo de caixa descontado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia.

v. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda, para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

f. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados, exclusivamente, à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na BM&FBOVESPA.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício, e estão classificadas na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos contratos de futuros é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas principalmente na Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA e no mercado secundário doméstico. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo de taxa de juros.

g. Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios.

O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do exercício. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade.

Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado.

A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes taxas anuais para os períodos correntes e comparativos: 4% para imóveis; 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamentos e 20% para equipamentos de informática, veículos e benfeitoria em imóveis de terceiros.

h. Ativos intangíveis

Softwares adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por impairment.

Despesas de desenvolvimento interno são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos softwares de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de softwares desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada gerada durante a vida útil, e são testados por impairment, caso haja indicativo de perda.

Despesas subsequentes são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas como despesas à medida que são incorridas.

i. Provisões técnicas

A provisão matemática para resgates é constituída para cada título ativo ou suspenso, durante o prazo previsto nas condições gerais do plano, e é calculada através dos percentuais das cotas de capitalização, aplicável sobre os pagamentos realizados, sendo capitalizada mensalmente pelo indexador e taxa de juros definida no plano até o cancelamento do título.

A provisão para resgates de títulos vencidos e antecipados consiste na atualização do saldo de resgate dos títulos com prazos de vigência finalizados ou rescindidos, atualizada pelo indexador do plano até a data do efetivo pagamento do valor de resgate ao titular.

A provisão para sorteios a realizar é calculada através da aplicação dos percentuais das cotas de sorteio sobre os valores pagos pelos subscritores conforme estabelecido em cada plano. Os percentuais das cotas de sorteio são previamente definidos em nota técnica atuarial e não são modificados durante a vigência do título.

A provisão para sorteios a pagar é constituída pelos valores das premiações dos títulos contemplados em sorteios e ainda não pagos, atualizada monetariamente pelo período entre a data do sorteio e a efetiva liquidação.

A provisão para contingência é constituída para cobrir eventuais insuficiências diante de imprevistos que possam vir a ocorrer em um determinado plano. A contingência para resgate é calculada através da diferença positiva entre o valor de resgate garantido ao cliente e a provisão matemática para resgate. A contingência para sorteio tem por objetivo cobrir quaisquer desvios probabilísticos de planos que não tem sua série totalmente vendida.

j. Taxas e carregamento dos principais produtos

Processo SUSEP	Tipo	Carregamento	
		2012	2011
15414.003682/2003-79	PM	8,05%	8,05%
15414.004840/2008-12	PM	11,38%	11,38%
15414.100154/2010-96	PM	9,07%	9,07%
15414.000602/2009-19	PM	9,07%	9,07%
15414.004834/2008-65	PM	11,23%	11,23%
15414.001381/2006-53	PU	8,90%	8,90%
15414.003354/2011-82	PU	4,56%	4,56%
15414.003709/2008-38	PU	8,90%	8,90%
15414.100494/2012-89	PU	4,55%	-
15414.100052/2012-32	PU	8,86%	-

k. Ativos e passivos contingentes (provisões judiciais)

i. Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados.

ii. Passivos contingentes

São constituídos levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não são divulgados.

iii. Obrigações legais

Fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

l. Benefícios a empregados

i. Obrigações de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

ii. Obrigações por aposentadorias

Plano de contribuição definida.

A Empresa é patrocinadora de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição variável, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela patrocinadora, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento Exclusivo (FIE). As obrigações atuariais do PGBL estão integralmente cobertas pelo FIE correspondente.

O PGBL é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A.

As contribuições dos funcionários e administradores são equivalentes a 4% do salário, exceto para os participantes que em 2001 optaram em migrar do plano de benefício definido para o PGBL, cujas contribuições foram mantidas nos níveis que vigoravam no plano de benefício definido quando da transferência de plano, observando-se sempre o mínimo de 4% do salário.

As obrigações das contribuições para planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando são incorridas. Uma vez pagas as contribuições, a Companhia, na qualidade de empregador, não tem qualquer obrigação de pagamento adicional.

Além do PGBL anteriormente apresentado, está assegurado aos participantes transferidos do plano de benefício definido um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados nesse plano até a data de migração. Para os participantes do plano de benefício definido, transferidos ou não para o PGBL, participantes aposentados e pensionistas, o valor presente das obrigações atuariais está aplicado nos FIEs.

iii. Outras obrigações pós-emprego

Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários por um período de 3 meses a 6 meses da data de desligamento.

iv. Outros benefícios de curto prazo

Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro-saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.



m. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240, e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

n. Resultado

As receitas dos planos de capitalização são reconhecidas contabilmente no mês de sua emissão. As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas. As receitas com planos de capitalização prescritos são reconhecidas após o período de prescrição, nos termos do Artigo 206 do Código Civil Brasileiro.

As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como "Custo de aquisição", são reconhecidas contabilmente quando incorridas.

A participação mínima dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima são reconhecidos de acordo com metas estipuladas pela Administração.

o. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013, e, portanto, não foram adotadas na preparação destas demonstrações contábeis. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

(a) IFRS 9 – Instrumentos financeiros

O IFRS 9 (2009) introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros e, devido a alinhamentos necessários à fase II do IFRS 4, aos projetos de *impairment e hedge accounting* (incluindo *macro hedging*) o comitê do IASB adiou a data de implantação dessa norma para 01/01/2015. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes, correspondentes a esta norma.

(b) CPC 46 – Mensuração do valor justo

O CPC 46 contém uma única fonte de orientação sobre como o valor justo é mensurado, e substitui a orientação de mensuração de valor justo que atualmente está dispensada em outros CPCs. Sujeito a exceções limitadas, o CPC 46 se aplica quando a mensuração ou divulgações de valor justo são requeridas ou permitidas por outros CPCs. A Administração avaliou os impactos da norma e concluiu que não há efeitos relevantes na mensuração do valor justo de seus ativos.

(c) CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados

Em 2011, foi finalizada a revisão da norma que foi focada basicamente em benefício pós-emprego. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A Companhia não possui benefícios de longo prazo e não há impactos relevantes para os benefícios de curto prazo.

3 Gerenciamento de riscos

a. Introdução

A Companhia está exposta aos riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, provenientes de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas, os processos de mensuração e o gerenciamento de riscos.

Estrutura de gerenciamento de risco

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Companhia. As atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente, buscando as melhores práticas utilizadas internacionalmente, devidamente adaptadas à realidade do mercado brasileiro.

Consideráveis investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos são realizados, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem forte valor agregado.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, empregados, fornecedores, etc., bem como facilitar os níveis de capital requerido, agregar valor à empresa e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência, equidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas.

Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos.

Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, Comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo diretrizes e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos voltados a estas atividades.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado em estrutura independente (no que tange a regulamentações, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração.

A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos permite que os riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

Para assegurar unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um fórum de alto nível, permanente, sobre o tema com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Essa instância denominada Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros estuda todos os riscos (subscrição, crédito, mercado, liquidez e operacional), define os limites de tolerância aos seus respectivos riscos e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições.

Adicionalmente, existem os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar os assuntos relacionados ao Risco de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional, que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital que tem por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.

b. Risco de subscrição

O risco de subscrição advém de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas e cálculo de contribuições.

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Superintendência Técnica. As políticas de subscrição e aceitação de riscos são periodicamente avaliadas através de grupos de trabalho. Além disso, a Superintendência Executiva de Estudos Atuariais e Gestão de Riscos, parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos, tem como uma de suas principais atribuições o desenvolvimento de modelo interno para o cálculo do capital adicional baseado no risco de subscrição.

Principais riscos associados aos títulos de capitalização

Os títulos de capitalização são de natureza de médio e longo prazo, e por este motivo são utilizadas premissas atuariais para gerenciar e estimar os riscos envolvidos, tais como: premissas sobre retorno de investimentos, despesas, persistência e sorteios. As estimativas são baseadas na experiência histórica e nas expectativas atuariais.

Os riscos associados aos títulos de capitalização incluem, entre outros:

- Risco de sorteio, que corresponde à expectativa da Companhia em pagar prêmios de títulos sorteados em séries não integralizadas;
- Risco de comportamento do cliente, que inclui experiência de persistência;
- Os títulos de capitalização possuem garantias de rentabilidade pré-definidas, que corresponde ao risco de taxa de juros, que é gerenciado como parte do risco de mercado.

Gerenciamento dos riscos dos títulos de capitalização

A Companhia monitora e avalia a exposição de riscos, sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de mensuralidades e provisões técnicas. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pela Superintendência Técnica.

O risco de sorteio é gerenciado pelo acompanhamento constante do desempenho das séries de títulos não integralizadas.

O risco de persistência é gerenciado por meio do monitoramento frequente da experiência histórica da Companhia.

c. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

Gerenciamento do risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito da Companhia é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Esse gerenciamento de risco inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's*, *Moody's* entre outras. Conforme exposto acima, o gerenciamento de risco de crédito é realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos da Companhia e do Banco Bradesco, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo visto que parte significativa da carteira está concentrada em Títulos de Renda Fixa Público como demonstrado no quadro abaixo:

	2012					Exposto exclusivamente a risco de mercado	Total
	AAA	AA	A	BBB	Sem rating		
Ativos financeiros - Rating							
Valor justo por meio do resultado	1.442.568	70.517	94.907	12.202	14.617	285	1.635.096
Título de renda fixa público	1.010.268	-	-	-	-	-	1.010.268
Título de renda fixa privado	432.300	70.517	94.907	12.202	14.617	-	624.543
Título de renda variável	-	-	-	-	-	285	285
Disponíveis para a venda	4.319.237	75.945	-	32.584	14.012	533.149	4.974.827
Título de renda fixa público	4.312.133	-	-	-	-	-	4.312.133
Título de renda variável	-	-	-	-	-	533.149	533.149
Título de renda fixa privado	7.104	75.845	-	32.584	14.012	-	129.545

A Administração classificou os títulos públicos na categoria de *rating* AAA uma vez que a contraparte é o governo federal. Trimestralmente, são realizadas as reuniões dos Comitês Executivos de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros e de Gestão de Risco de Crédito do Banco Bradesco, para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório e o aprimoramento nos processos de gestão.

d. Risco de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de títulos de capitalização. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobrirmos altas exigências de liquidez.

ATIVO	Prazo estimado de realização			
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Disponível	5.873	-	-	5.873
Aplicações	1.925.743	1.367.476	3.316.704	6.609.923
Títulos e créditos a receber	81.095	268.165	-	349.260
Total Ativo	2.012.711	1.635.641	3.316.704	6.965.056

PASSIVO	Prazo estimado de realização			
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Provisões técnicas	3.094.294	2.354.406	-	5.448.701
Contas a pagar	328.761	-	-	328.761
Tributos diferidos	13.715	75.180	116.147	205.042
Provisões judiciais	810	186.763	-	187.573
Total Passivo	3.437.580	2.616.350	116.147	6.170.077

Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e monitoramento contínuo do processo, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

e. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas do Grupo Bradesco Seguros. As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação devidamente aprovados pela estrutura de governança.

Gerenciamento do risco de mercado

O processo, realizado de forma corporativa, é aprovado pelo Conselho de Administração e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos de negócios, bem como pelos Comitês Executivos de Investimentos e de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros quando os limites são relacionados ao segmento de seguros. Posteriormente são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

A carteira da Companhia consiste em operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio de uma Companhia considerando, ainda, os seus respectivos *hedges*. Nesse tipo de operação a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas.

Os principais riscos monitorados são os riscos de taxa de juros e de carteira de ações. Exposições de moedas estrangeiras não são significativas nas operações da Companhia e o risco é acompanhado de forma consolidada com as demais empresas do Grupo Bradesco Seguros.

Modelos de mensuração do risco de mercado

As posições são mensuradas mediante a metodologia de VaR Delta-Normal para o horizonte de 1 dia, com nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas a partir de métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes.

Análise de sensibilidade de risco de mercado

Fator de risco	Cenário	
	Choque de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços	
Índice Bovespa em pontos		60.343
Taxa Prefixada de 1 ano		7,15%
Cupom de IPCA de 1 ano		1,23%

Os impactos, líquidos de efeitos fiscais, desse cenário sobre as posições seriam as seguintes, em 31 de dezembro de 2012:

Posição	Fatores de riscos		
	Taxa de juros (163)	Índices de preços (1.409)	Renda variável (1.939)
	variação de taxas de juros prefixadas e cupons de taxas de juros	variação da taxa dos cupons de índices de preços	variação do preço de ações

Impacto sobre as exposições sujeitas à:

Posição	Taxa de juros (163)	Índices de preços (1.409)	Renda variável (1.939)
	variação de taxas de juros prefixadas e cupons de taxas de juros	variação da taxa dos cupons de índices de preços	variação do preço de ações

f. Risco operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

Gerenciamento do risco operacional

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento.

Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo as seguintes atribuições:

- Garantir o cumprimento das políticas de gestão de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Aprovar e revisar, as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital;
- Avaliar e submeter à validação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente.

Mecanismos de controle e monitoramento contínuo

- Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes de risco operacional e consequente abertura e/ou manutenção de rubricas contábeis específicas para o registro e consolidação gerencial dessas perdas.
- Assegurar o levantamento e tratamento das perdas identificadas mediante as origens/causas, para a avaliação monitoramento, controle e mitigação do processo, possibilitando à redução dos impactos, ao menor custo.
- Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

g. Gerenciamento de capital

O processo de gerenciamento de capital é realizado de forma corporativa, visando proporcionar condições para o alcance dos objetivos estratégicos do Grupo Bradesco Seguros, levando em consideração o ambiente econômico e comercial onde atua. Este processo é compatível com a natureza das operações, complexidade e especificidade de cada produto e serviços no mercado securitário e com a dimensão da exposição a riscos do Grupo.

O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado diariamente de forma contínua e visa assegurar a manutenção de uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento das atividades e fazer face aos riscos, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, em atendimento aos requerimentos regulatórios e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

A Companhia deve manter, permanentemente, capital compatível com os riscos de suas atividades e operações conforme as características e peculiaridades representado por níveis adequados de capital em linha com o modelo interno.

O Grupo Bradesco Seguros acompanha de maneira permanente os limites requeridos (margem de solvência, capital mínimo requerido e capital adicional) pelo respectivo órgão regulador.

4 Aplicações

a. Resumo da classificação das aplicações

	2012	%	2011	%
Títulos a valor justo por meio do resultado	1.635.096	24,73	2.333.323	47,86
Títulos de renda fixa - fundos de investimento	1.634.811	24,73	2.331.775	47,83
Títulos de renda variável - ações	285	-	1.548	0,03
Títulos disponíveis para venda	4.974.827	75,27	2.541.973	52,14
Títulos de renda fixa - fundos de investimento	2.297.690	34,76	1.933.443	39,66
Títulos de renda fixa - notas do tesouro nacional	2.014.443	30,48	-	-
Títulos de renda fixa - fundos de investimentos imobiliários	14.012	0,21	18.260	0,37
Títulos de renda fixa - debêntures	109.579	1,66	220.456	4,52
Títulos de renda variável - ações	533.149	8,07	364.498	7,48
Títulos de renda fixa - certificados de recebíveis imobiliários	5.954	0,09	5.316	0,11
Total	6.609.923	100	4.875.296	100

b. Composição das aplicações por prazo e por título

Apresentamos, a seguir, a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Os títulos que pertencem a fundos de investimentos abertos foram considerados com base no percentual de participação da Companhia nos fundos.

	2012						
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/Valor justo atualizado	Ajuste a valor justo	
Títulos a valor justo por meio do resultado	1.016.815	5.154	2.256	610.871	1.635.096	1.632.591	2.505
Letras do tesouro nacional – operação compromissada	531.067	-	-	-	531.067	531.067	-
Notas do tesouro nacional – operação compromissada	468.302	-	-	-	468.302	468.302	-
Letras financeiras de emissores privados	-	-	-	439.647	439.647	438.609	1.038
Debêntures	-	-	2.256	84.596	86.852	85.841	1.011
Certificados de depósitos bancários	-	-	-	63.527	63.527	63.261	266
Quotas de fundos de investimentos	17.161	-	-	-	17.161	17.161	-
Depósito em garantia especial	-	-	-	12.202	12.202	12.014	188
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	10.899	10.899	10.910	(11)
Notas comerciais	-	5.154	-	-	5.154	5.152	2
Ações	285	-	-	-	285	274	11
Títulos disponíveis para venda	901.518	-	-	4.073.309	4.974.827	4.529.484	445.343
Notas do tesouro nacional	-	-	-	3.957.727	3.957.727	3.556.148	401.579
Ações	533.149	-	-	-	533.149	464.312	68.837
Notas do tesouro nacional – operação compromissada	351.002	-	-	1.199	352.201	3	

Considerando a política adotada pelo Grupo para caracterização de uma perda por *impairment*, foi constituído no exercício, uma perda por *impairment*, no montante de R\$ 34.617, líquido dos efeitos tributários, referente a títulos patrimoniais. O montante foi reclassificado de outros resultados abrangentes para o resultado do exercício no grupo "Resultado financeiro".

c. Cobertura das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	2012	2011
Total das provisões técnicas	(5.448.701)	(4.571.277)
Total a ser coberto	(5.448.701)	(4.571.277)
Ações	370.971	364.498
Títulos de renda fixa públicos	4.056.499	3.050.329
Títulos de renda fixa privados	1.221.231	1.246.450
Total dado em cobertura	5.648.701	4.661.277
Suficiência	200.000	90.000

d. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos
- **Nível 2:** *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- **Nível 3:** Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	2012			2011		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Valor justo por meio do resultado	11.184	1.623.912	1.635.096	1.548	2.331.775	2.333.323
Letras do tesouro nacional – operação compromissada..	-	531.067	531.067	-	-	-
Notas do tesouro nacional – operação compromissada..	-	468.302	468.302	-	2.071.100	2.071.100
Letras financeiras de emissores privados	-	439.647	439.647	-	118.663	118.663
Debêntures	-	86.852	86.852	-	51.965	51.965
Certificados de depósitos bancários	-	63.527	63.527	-	58.259	58.259
Quotas de fundos de investimentos	-	17.161	17.161	-	20.844	20.844
Depósito em garantia especial	-	12.202	12.202	-	10.944	10.944
Letras financeiras do tesouro	10.899	-	10.899	-	-	-
Notas comerciais	-	5.154	5.154	-	-	-
Ações	285	-	285	1.548	-	1.548
Disponíveis para venda	4.504.888	469.939	4.974.827	2.315.716	226.257	2.541.973
Notas do tesouro nacional	3.957.727	-	3.957.727	1.932.958	-	1.932.958
Notas do tesouro nacional – operação compromissada..	-	352.201	352.201	-	485	485
Ações	533.149	-	533.149	364.498	-	364.498
Debêntures	-	109.579	109.579	-	220.456	220.456
Fundos de investimentos imobiliários	14.012	-	14.012	18.260	-	18.260
Certificados de recebíveis imobiliários	-	5.954	5.954	-	5.316	5.316
Letras do tesouro nacional	-	2.205	2.205	-	-	-
Total	4.516.072	2.093.851	6.609.923	2.317.264	2.558.032	4.875.296

e. Movimentação das aplicações financeiras

	2012	2011
Saldo em 1º de janeiro	4.875.296	4.389.460
(+) Aplicações	4.116.473	1.190.286
(-) Resgates	(3.389.462)	(1.168.962)
(+) Rendimentos	593.306	518.658
(+) Incorporação de empresa controlada	60.022	-
(+/-) Ajuste a valor justo	354.288	(54.146)
Saldo em 31 de dezembro	6.609.923	4.875.296

f. Desempenho

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 31 de dezembro de 2012, o desempenho global dos títulos públicos privados, que compõem a carteira de aplicações financeiras, atingiu 130,27% do CDI no acumulado do exercício.

5 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possuía posição pendente de derivativos na data-base, todavia, durante o exercício foram realizadas operações de derivativos, cujo montante reconhecido no resultado no exercício foi de R\$ 7.

6 Créditos tributários e previdenciários

	2012			2011		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Tributos diferidos (i)	-	65.496	65.496	-	38.096	38.096
Impostos a compensar	54.541	-	54.541	49.008	-	49.008
Total	54.541	65.496	120.037	49.008	38.096	87.104

(i) Movimentação de tributos diferidos

	Saldo em 2011	Constituição	Realização	Saldo em 2012
Provisões judiciais – fiscais	22.673	4.173	-	26.846
Provisão para desvalorização de incentivos fiscais e outros investimentos/ <i>impairment</i>	13.992	23.536	-	37.528
Provisões judiciais – cíveis	335	309	(335)	309
Provisão para desvalorização de bens imóveis	178	-	(178)	-
Provisões judiciais – trabalhistas	88	28	(88)	28
Outros	830	726	(771)	785
Total	38.096	28.772	(1.372)	65.496

	Saldo em 2010	Constituição	Realização	Saldo em 2011
Provisões judiciais – fiscais	18.632	4.041	-	22.673
Provisão para desvalorização de incentivos fiscais e outros investimentos/ <i>impairment</i>	13.992	-	-	13.992
Provisões judiciais – cíveis	519	257	(441)	335
Provisão para desvalorização de bens imóveis	178	-	-	178
Provisões judiciais – trabalhistas	84	61	(57)	88
Outros	708	746	(624)	830
Total	34.113	5.105	(1.122)	38.096

(ii) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2013	3.595	2.302	5.897
2014	3.048	1.790	4.838
2015	3.046	1.788	4.834
2016	1	1	2
2017	31.415	18.510	49.925
Total	41.105	24.391	65.496

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, monta a R\$ 59.688.

7 Investimentos - Participações societárias

	Atlântica Capitalização S.A.
Saldo do investimento em 1º de janeiro de 2011	49.565
Integralização de capital	13.700
Ajustes com títulos e valores mobiliários	(6.733)
Dividendos	(415)
Resultado de equivalência patrimonial	1.715
Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2011	57.832
Saldo do investimento em 1º de janeiro de 2012	57.832
Integralização de capital	13.534
Ajustes com títulos e valores mobiliários	(3.044)
Resultado de equivalência patrimonial	2.342
Incorporação (Vide nota explicativa 15)	(70.664)
Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2012	-

8 Imóveis destinados à renda

	2012	2011
Custo original	16.720	16.720
Depreciação	(6.486)	(6.171)
Provisão para perda	(713)	(713)
Total	9.521	9.836

O método de avaliação adotado para as propriedades de investimento é o de custo, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear. A receita obtida com o aluguel desses imóveis foi de R\$ 3.818 em 2012. (R\$ 3.466 em 2011). O valor justo dos imóveis, apurado com base em laudo de avaliação, é de R\$ 37.964.

9 Imobilizado

	Saldo em 2011	Aquisição	Depreciação	Saldo em 2012
Bens móveis	380	-	(64)	316
Outras imobilizações	146	10	(37)	119
Total	526	10	(101)	435
	Saldo em 2010	Aquisição	Depreciação	Saldo em 2011
Bens móveis	403	41	(64)	380
Outras imobilizações	33	133	(20)	146
Total	436	174	(84)	526

10 Intangível

	2012	2011
Saldo em 1º de janeiro	1.153	92
Aquisição	2.576	1.139
Amortização	(472)	(70)
Redução/reversão ao valor recuperável	8	(8)
Saldo em 31 de dezembro	3.265	1.153

11 Impostos e contribuições

	2012	2011
Imposto de renda	124.563	95.578
Contribuição social	82.093	63.465
COFINS	2.280	1.460
PIS	370	237
Total	209.306	160.740

12 Provisões técnicas

a. Composição

	2012	2011
Provisão para resgates	5.206.899	4.321.133
Provisão matemática para resgates	4.731.038	3.838.024
Provisão para resgates de títulos vencidos	135.807	142.072
Provisão para resgates antecipados de títulos	340.054	341.037
Provisão para sorteios	64.032	76.051
Provisão para sorteios a realizar	40.875	53.259
Provisão para sorteios a pagar	23.157	22.792
Outras provisões	177.770	174.093
Provisão para contingências	10.573	9.299
Provisão administrativa	167.197	164.794
Total	5.448.701	4.571.277

b. Movimentação das provisões técnicas

	2012	2011
Saldo em 1º de janeiro	4.571.277	3.723.654
(+) Constituições (resgates e sorteios)	3.385.300	2.700.911
(-) Resgates/sorteios pagos	(2.723.092)	(2.048.479)
(-) Baixa de títulos prescritos	(47.133)	(49.615)
(+) Atualização monetária e juros	262.349	244.806
Saldo em 31 de dezembro	5.448.701	4.571.277

13 Tributos diferidos

	2012	2011
Ajuste a valor justo de títulos classificados como disponível para venda	178.137	44.422
Atualização de depósito judicial	26.421	22.249
Reserva de reavaliação	484	510
Total	205.042	67.181

14 Provisões judiciais

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

i. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados. A principal discussão refere-se à dedutibilidade da CSLL na base de cálculo do IR, com provisão e depósito judicial no valor de R\$ 172.501 (R\$ 139.761 em 2011), a qual a Companhia pleiteia calcular e recolher o imposto de renda devido, relativo ao ano-base de 1997 e subsequentes, sem efetuar a adição da CSLL na base de cálculo do IR, determinada pelo Artigo 1º da Lei nº 9.316/1996, uma vez que essa contribuição representa uma despesa efetiva, necessária e obrigatória.

ii. Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras". Nos processos em que é exigido depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado pela totalidade dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses, considerando o ano de ajuizamento.

iii. Processos cíveis

Referem-se à estimativa global de perdas com ações decorrentes do curso normal das operações, cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia.

iv. Movimentação das provisões judiciais constituídas

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2012	153.614	220	790	154.624
Constituições	23.706	-	234	23.940
Reversões	(11)	(10)	(378)	(399)
Pagamento	-	-	(1.281)	(1.281)
Variações de provisões já constituídas por alteração de estimativas e probabilidades	-	(141)	1.407	1.266
Atualização monetária	9.423	-	-	9.423
Saldo em 31 de dezembro de 2012	186.732	69	772	187.573

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2011	128.912	210	1.298	130.420
Constituições	14.531	146	716	15.393
Reversões/pagamento	-	-	(1.224)	(1.224)
Variações de provisões já constituídas por alteração de estimativas e probabilidades	-	(136)	-	(136)
Atualização monetária	10.171	-	-	10.171
Saldo em 31 de dezembro de 2011	153.614	220	790	154.624

v. Depósitos judiciais e fiscais

	2012	2011
IR e CSLL	200.390	166.048
Plano verão - IR e CS	3.187	3.047
ILL - Imposto sobre o Lucro Líquido	3.842	3.842
FINSOCIAL	1.020	1.020
Cíveis e trabalhistas	413	283
Outros	329	287
Total	209.181	174.527

15 Patrimônio líquido

a. Capital social e dividendos

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 196.359 (192.803 em 31 de dezembro de 2011) ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

Os dividendos foram calculados conforme se segue:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	383.924	338.410
Constituição da reserva legal	(2.923)	-
Realização de reservas:</		



e. Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

f. Movimentação de ações

Quantidade de ações em 31 de dezembro de 2011	192.803
Aumento de capital com emissão 3.556 de ações em AGE de 31/10/2012	3.556
Quantidade de ações em 31 de dezembro de 2012	196.359

16 Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital

Nos termos das Resoluções CNSP nº 222/10, 227/10 e 228/10, o Capital Mínimo Requerido (CMR) para funcionamento das companhias de capitalização é composto por um capital base e um capital adicional baseado no risco de crédito. Até que o CNSP regule o capital adicional pertinente aos demais riscos identificados na regulamentação, a eventual insuficiência de patrimônio líquido ajustado (PLA) deverá ser aferida em relação à diferença do maior valor entre PLA e CMR calculada na forma estabelecida pela Resolução CNSP nº 55/01 como demonstrado abaixo para a data-base de 31 de dezembro 2012:

Patrimônio líquido	808.200
(-) Ativos intangíveis	(3.265)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	804.935
Capital base (I)	10.800
Capital adicional (II)	86.743
Capital adicional de risco de crédito	86.743
Capital mínimo requerido (CMR)	97.543
Suficiência de capital (PLA-CMR) (I+II)	707.392

17 Benefícios a empregados

Planos de Previdência Complementar

A contribuição feita nos planos durante o exercício de 2012 totalizou R\$ 5.085 (R\$ 5.251 em 2011), que estão integralmente cobertos por Fundos de Investimentos Especialmente Constituídos (FIEs) na empresa ligada Bradesco Vida e Previdência S.A.

18 Transações e saldos com partes relacionadas

	2012	2011		2012	2011
Ativo	659	562	Receitas	3.818	3.466
Disponibilidades	659	147	Receitas com aluguéis	3.818	3.466
Banco Bradesco S.A. (controlador final)	659	147	Banco Bradesco S.A. (controlador final)	3.818	3.466
Dividendos a receber	-	415	Despesas	(24.132)	(23.679)
Atlântica Capitalização S.A. (controlada)	-	415	Rateio das despesas administrativas (a)	(23.645)	(23.401)
Passivo	(98.251)	(2.958)	Bradesco Seguros S.A. (controlador direto)	(23.645)	(23.401)
Dividendos a pagar	(95.260)	-	Despesas com aluguéis	(471)	(264)
Bradesco Seguros S.A. (controlador direto)	(95.260)	-	Brécia Empreendimentos e Participações		
Valores a pagar (a)	(2.991)	(2.958)	Ltda (empresa ligada)	(397)	(221)
Bradesco Seguros S.A. (controlador direto)	(2.991)	(2.958)	Reno Holdings Ltda (empresa ligada)	(70)	(39)
Total (ativo – passivo)	(97.592)	(2.396)	Total (receita – despesa)	(20.314)	(20.213)
(a) O rateio das despesas administrativas compartilhadas é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada sociedade filiada, sobre o total de despesas incorridas pela sociedade de comando do Grupo Bradesco Seguros, no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing e g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na Convenção do Grupo Bradesco Seguros.					
(b) Despesas com taxa de custódia e serviços de ações escriturais.					

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores do Grupo Bradesco Seguros.

Em 2012, foi determinado o valor máximo de R\$ 4.600, líquido de encargos sociais, para remuneração dos Administradores e de R\$ 4.600 para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

	2012	2011
Benefícios a Administradores		
Proventos	4.564	4.798
Encargos sociais	1.027	1.079
Planos de previdência complementar de contribuição definida	4.530	4.801
Total	10.121	10.678

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

b. Outros

As operações compromissadas indicadas na nota explicativa nº4 tem como contraparte o Banco Bradesco.

19 Detalhamento das contas de resultado

a. Custo de aquisição

	2012	2011
Despesas de corretagem	(4.109)	(4.334)
Despesas de custeamento de venda	(58.583)	(43.920)
Outros custos de aquisição	(721)	(4.533)
Total	(63.413)	(52.787)

b. Outras receitas e despesas operacionais

	2012	2011
Receita com baixa de títulos prescritos	47.133	49.615
Constituição de provisão para contingências cíveis	(1.263)	(1.366)
Outras	(1.809)	6.846
Total	44.061	55.095

DIRETORIA

Norton Glabes Labes	Diretor-Presidente	Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa	Diretor	Jair de Almeida Lacerda Júnior
Ivan Luiz Gontijo Júnior	Diretor-Gerente	Ricardo Alahmar	Diretor	Atuário - MIBA nº 809
Eugênio Liberatori Velasques	Diretor	Tarcísio José Massote de Godoy	Diretor	Getúlio Antônio Guidini
Enrique Adan Y Coello	Diretor			Contador CRC-1RS034447/O-7S-SP

PARECER ATUARIAL

À Diretoria e aos Acionistas da Bradesco Capitalização S.A.

- Realizamos a Avaliação Atuarial da Bradesco Capitalização S.A. com base em 31 de dezembro de 2012, conforme estabelecido na Circular SUSEP nº 272/2004.
- Nossa análise foi conduzida de acordo com os princípios atuariais e compreendeu, principalmente, a avaliação da capacidade da Companhia em honrar seus compromissos passados e futuros junto aos seus subscritores/titulares. Deste modo, através de testes de consistência, atestamos a suficiência das Provisões Técnicas constituídas durante o período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2012.

c. Despesas administrativas

	2012	2011
Despesas com pessoal próprio	(25.378)	(24.710)
Honorários da Administração	(4.564)	(4.797)
Ordenados	(8.523)	(8.032)
INSS/FGTS	(4.148)	(3.907)
Planos de previdência privada	(5.085)	(5.251)
Outras	(3.058)	(2.723)
Despesas com serviços de terceiros	(9.441)	(8.982)
Despesas com localização e funcionamento	(18.730)	(16.786)
Despesas com publicidade e propaganda institucional	(8.167)	(8.908)
Despesas com publicações	(336)	(18)
Despesas com donativos e contribuições	(4.335)	(4.010)
Despesas administrativas diversas	(696)	(669)
Total	(67.083)	(64.083)

d. Despesas com tributos

	2012	2011
Despesas com PIS	(3.225)	(2.627)
Despesas com COFINS	(19.849)	(16.168)
Despesas com taxa de fiscalização	(1.433)	(1.410)
Impostos federais/estaduais/municipais	(142)	(66)
Total	(24.649)	(20.271)

e. Resultado financeiro

	2012	2011
Receitas financeiras		
Receitas com títulos de renda fixa	577.345	509.090
Receitas com títulos de renda variável	22.544	9.962
Receitas com títulos de renda variável – dividendos e juros sobre capital próprio	17.963	15.919
Atualização monetária de depósitos judiciais e fiscais	9.470	10.174
Atualização monetária de créditos tributários	3.029	5.104
Outras receitas financeiras	31	43
	630.382	550.292

	2012	2011
Despesas financeiras		
Despesas com títulos de renda fixa	(6.583)	(394)
Redução ao valor recuperável de títulos de renda variável	(57.694)	-
Tributação sobre operações financeiras	(4.118)	(2.430)
Atualização monetária das provisões técnicas	(262.349)	(244.806)
Atualização monetária de provisões judiciais	(9.423)	(10.177)
Outras despesas financeiras	(2.857)	(1.951)
	(343.024)	(259.758)
Total	287.358	290.534

f. Resultado financeiro por categoria

	2012	2011
Ativos disponíveis para venda	333.621	298.935
Ativos a valor justo por meio do resultado	201.991	219.723
Total	535.612	518.658

g. Resultado patrimonial

	2012	2011
Resultado de equivalência patrimonial	2.342	1.715
Receita com aluguel, líquida de depreciação	3.504	3.134
Total	5.846	4.849

h. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2012	2011
Impostos diferidos		
Realização/constituição no exercício sobre adições temporárias	22.894	(638)
Subtotal	22.894	(638)
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(269.203)	(219.978)
Imposto de renda e contribuição social devidos	(246.309)	(220.616)

20 Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	2012	2011
Resultado antes de impostos e participações	630.984	559.508
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas básicas de 25% e 15% respectivamente	(252.394)	(223.803)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Equivalência patrimonial tributada nas controladas e coligadas	937	686
Participações no lucro	300	193
Doações, patrocínios	(1.609)	(1.519)
Dividendos	3.280	4.089
Contribuição de entidade de classe	(94)	(85)
Outros	954	374
Ajustes efetuados na declaração de rendimentos	2.317	(551)
Imposto de renda e contribuição social contabilizados no exercício	(246.309)	(220.616)
Alíquota efetiva	39,04%	39,43%

21 Informações complementares

a. Relatório do Comitê de Auditoria

Em consonância com a Resolução CNSP nº 118/2004, o resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado junto com as demonstrações contábeis do Banco Bradesco S.A. (acionista controlador final) em 6 de fevereiro de 2013, no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

b. Eventos subsequentes

Em 18/02/2013 foram publicadas várias normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP, sendo as mais relevantes (a) as Resoluções CNSP nº 280 e 283 de 30/01/2013, que tratam de subscrição e de capital de risco operacional, respectivamente, sendo que a norma de capital de risco operacional entra em vigor na data de publicação e a de subscrição tem prazo de adequação até 31/12/2013; e (b) Resolução CNSP nº 281 de 30/01/2013 e Circular SUSEP nº 462 de 31/01/2013, que institui regras para a constituição de provisões técnicas, com prazo de adequação até 31/12/2013. A Companhia esta avaliando o impactos destas normas.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da Bradesco Capitalização S.A. São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2013



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Luciene Teixeira Magalhães
Contadora
CRC RJ079849/O-3

Érika Carvalho Ramos
Contadora
CRC 1SP224130/O-0